



FAMÍLIA DE VIGILANTE É SEQUESTRADA PARA FACILITAR ROUBO EM ASSALTO A EMPRESA DE VALORES



Foto: Reprodução

Não dá mais para trabalhar colocando a vida dos familiares em risco. O vigilante precisa da extensão do porte de arma para poder se defender

A família de um vigilante de carro-forte foi sequestrada, na madrugada desta quarta-feira (6), para forçar o trabalhador a “ajudar” no roubo a Empresa Prosegur, em Campinas (SP). A mulher e o filho de apenas cinco anos foram mantidos em um cativeiro na região do Campo Belo até que o dinheiro roubado fosse entregue a quadrilha.

A família foi rendida no início da madrugada, levada ao cativeiro,



enquanto outros criminosos ficaram com o vigilante até o horário dele ir trabalhar. Por volta das 10h o dinheiro foi entregue aos criminosos na rodovia Anhanguera, entre Campinas e Sumaré.

Infelizmente não é um caso isolado. O modo de agir dos criminosos é cruel e se repete; em abril deste ano uma família de um vigilante também foi feita refém para facilitar o roubo a empresa Protege. Até quando essa história vai se repetir?

Para fornecer o direito de se defender, a CONTRASP luta pela extensão do porte de arma ao vigilante; está evidente o perigo que ele enfrenta fora da sua jornada de trabalho, colocando em risco não só a sua vida, mas também a de seus familiares.



Foto: Reprodução

A troca de armamento para os vigilantes patrimoniais, de escolta armada e carro-forte também é necessária para fornecer melhores condições de trabalho e enfrentar a brutalidade dos criminosos no país. A CONTRASP também pede apoio para a Campanha "Eles já estão armados. Até quando estaremos na mira?" a fim de proteger a vida dos vigilantes.



SINDVALORES/DF APRESENTA PAUTA DE REINVINDICAÇÃO DA CATEGORIA

Após reunião com os trabalhadores, ficou definido o pedido de reajuste salarial de 100% do INPC mais 5% de ganho real

Foi aprovada, neste domingo (3/6), a pauta de reivindicação elaborada pelos trabalhadores em conjunto com SINDVALORES/DF – Sindicato dos Empregados no Transporte de Valores, nas Bases de Valores e Similares do Distrito Federal, o qual está preparado para defender as necessidades e interesses da categoria.

Conforme a pauta aprovada, será solicitado o reajuste salarial 100% do INPC – índice usado como parâmetro para calcular a inflação acumulada de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, mais 5% de ganho real. Além disso, o ticket alimentação pleiteado é o valor de R\$40 em cartela fechada (30 dias). E 30 tíquetes nas férias, reajustados na data base e calculado pelo DIEESE.

Para quem trabalha na tesouraria/sala de valores a solicitação é a mesma do reajuste salarial e no ticket alimentação. E o piso salarial o mesmo admitido e praticado pelos trabalhadores bancários



Foto: SINDVALORES/DF

no Distrito Federal, conforme a CLT e a Constituição Federal.

Entre os principais pontos também está o plano de saúde, solicitado para ser pago 100% pelas empresas. A jornada de trabalho será de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira; garantido o pagamento de adicional de 50% da hora normal para quem trabalhar no ponto facultativo decretado pelo governo.

A CONTRASP parabeniza o Sindicato pelo trabalho exercido na busca incansável por melhores condições de trabalho. A luta começou; a CONTRASP sabe que em momentos de crise, as negociações são dificultadas, mas acredita que o Sindicato alcançará mais um sucesso nas negociações.

FINANCIAMENTO DA ATIVIDADE SINDICAL É ESTUDO NO CONGRESSO NACIONAL



A CONTRASP acompanha as discursões e desdobramentos na Câmara dos Deputados

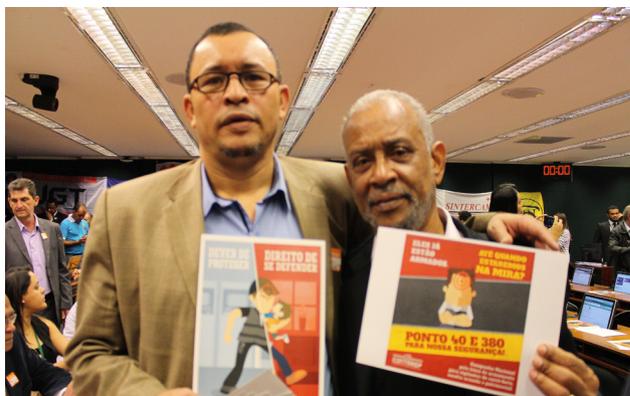
A CONTRASP, juntamente com a FETRAVESP, esteve presente ontem (06/07) na Comissão Especial realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília, destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical, acolhida a importância do conhecimento da pauta no mundo sindical.

O relatório, de autoria do Deputado Bebeto (PSB/BA), oferece duas proposições legislativas com relação ao financiamento da atividade sindical; um Projeto de Lei Ordinária que altera a Consolidação das Leis

do Trabalho e um Projeto de Lei Complementar para disciplinar o custeio da atividade sindical na relação de trabalho doméstico e da categoria especial de aposentados.

No Projeto de Lei Ordinária, entre os principais pontos, está a democratização da participação eleitoral ativa nos entes sindicais, a previsão da criação da contribuição sindical, a estipulação de um modelo de controle e prestação de contas, a recomposição dos valores da contribuição sindical, a vinculação das receitas às disposições estatutárias e a regulamentação da contribuição negocial.

Segundo o relatório, que levantou inúmeros debates, o objetivo é disciplinar relações de transparência, participação, democratização, financiamento e autorregulação da atividade sindical. O autor relatório, Deputado Bebeto (PSB/BA), afirmou que é clara a necessidade de se valorizar a atuação sindical, encontrando meios para estimular mecanismos de representatividade, de transparência e de fiscalização.



Telefone: (61) 3039 8343



SH/Sul Quadra 06, Conjunto A, Bloco E - 8º andar - salas 807 e 808 - Edifício Business Center Park - Brasil XXI, Brasília DF, CEP: 70.322.915

Presidente: João Soares
 Secretária de Imprensa e Divulgação: Celso Adriano Gomes da Rocha
 Editora e arte finalista: Regina Domingues
 Jornalista: Ana Roberta Melo
 Diagramação: Amauri Azevedo e Ana Roberta Melo
 Arte: Amauri Azevedo
 Revisora de Texto: Cássia Lagares